

EM DEFESA DA DEMOCRACIA



Ricardo Stuckert

Ao lado de líderes do Chile, Colômbia, Uruguai e Espanha, Lula afirma que a defesa da democracia exige enfrentar a desigualdade, regular redes sociais, combater a desinformação e cobrar dos super-ricos sua contribuição com justiça tributária e bem-estar coletivo

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 22 de julho de 2025 Nº 199

Em Santiago, Lula chama super-ricos à responsabilidade democrática

“Temos que disputar o senso comum, as redes, disputar a linguagem”, diz Edinho Silva

ECA 35 anos: Brasil lança guia sobre crianças, adolescentes e uso de telas

“É um tema que está na boca do povo”, diz militante sobre Plebiscito Popular

»» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPÁ



ACOMPANHE : /FundacaoPerseuAbramo



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe,

Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Aliança

No Chile, Lula e líderes da América Latina e Europa reforçam o pacto em defesa da democracia e alertam para os riscos da desinformação, do extremismo e da desigualdade social. Encontro “Democracia Sempre” convoca instituições e sociedade para barrar retrocessos no continente. **pág. 04**

CAPA

Em Santiago, Lula chama super-ricos à responsabilidade democrática

pág. 04

BRASIL

Educação em pauta: MEC conclui semestre com foco em conectividade, obras e valorização de professores

pág. 07

ECA 35 anos: Brasil lança guia sobre crianças, adolescentes e uso de telas

pág. 10

ECA 35 anos: audiência esvaziada vira palanque de Damares para educação em casa e trabalho infantil

pág. 11

ENTREVISTA

Edinho Silva - “Temos que disputar o senso comum, as redes, disputar a linguagem”

pág. 13

POLÍTICA

Eduardo Bolsonaro afronta STF, Flávio foge do país e pai nega o óbvio: nova crise expõe desespero da família

pág. 21

Deboche na Câmara: oposição exhibe bandeira de Trump em protesto contra proibição de homenagem a Bolsonaro

pág. 23

“É um tema que está na boca do povo”, diz militante sobre campanha do Plebiscito Popular

pág. 25

CULTURA

Preta Gil, artista e empresária, morre aos 50 anos; legado deixa luta pela vida como símbolo

pág. 27



Ricardo Stuckert

Em Santiago, Lula chama super-ricos à responsabilidade democrática

Ao lado de líderes do Chile, Colômbia, Uruguai e Espanha, na reunião “Democracia Sempre”, no Chile, Lula afirma que a defesa da democracia exige enfrentar a desigualdade, regular redes sociais, combater a desinformação e cobrar dos super-ricos sua contribuição com justiça tributária e bem-estar coletivo

Redação Focus Brasil

A América Latina conhece de perto o gosto amargo dos golpes. Sob o peso de botas, torturas e censuras, a região aprendeu, com o corpo, que a democracia é um bem conquistado e frágil. Por isso, não hesita quando sente o cheiro de retrocesso. E foi em Santiago, no Chile, na emblemática sede de La Mone-

da, que cinco chefes de Estado se reuniram nesta segunda-feira, 21 de julho, para reafirmar o que não pode ser negociado: a liberdade, a justiça social e o direito de viver em paz.

A reunião de alto nível Democracia Sempre foi convocada pelo presidente chileno Gabriel Boric, com apoio direto de Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez. Estiveram presentes também os presidentes Gustavo Petro (Colômbia) e Yamandú Orsi (Uru-

guai). O evento, embora planejado antes da recente escalada de agressões por parte de Donald Trump, como o tarifação de 50% contra o Brasil, ganhou urgência e densidade política diante do novo ciclo de ameaças.

“O mundo vive uma nova ofensiva antidemocrática”, alertou Lula. Sem citar Trump diretamente, o presidente brasileiro denunciou práticas intervencionistas e cobrou ação conjunta contra a desinformação, o ódio nas redes e o avanço de extremismos. “A defesa



da democracia não cabe somente aos governos. Requer participação ativa da academia, dos parlamentos, da sociedade civil, da mídia e do setor privado”, afirmou.

Superar desigualdades é proteger a democracia

No discurso que emocionou lideranças presentes e ganhou destaque na imprensa internacional, Lula retomou um de seus temas centrais: a desigualdade social como inimiga da democracia. “Não há justiça em um sistema que amplia benefícios para o grande capital e corta os direitos sociais. O salário médio global de um presidente de multinacional é 56 vezes maior do que o de um trabalhador”, denunciou.

O presidente defendeu justiça tributária, o fortalecimento do G20 com a Aliança contra a Fome e a Pobreza e a cobrança de maior responsabilidade dos super-ricos. “Sem um novo modelo de desen-

Encontro no Chile reúne Lula, Boric, Petro, Sánchez e Orsi em defesa da democracia e contra desigualdades, desinformação e ofensivas da extrema-direita.

volvimento, a democracia seguirá ameaçada por aqueles que colocam seus interesses econômicos acima dos da sociedade e da pátria”, concluiu.

Lula também convocou empresários brasileiros a pressionarem seus parceiros norte-americanos contra o tarifaço imposto por Trump. “Antes mesmo de o governo resolver, os empresários precisam conversar com seus clientes nos Estados Unidos. Quem vai sofrer com isso são eles mesmos”, declarou.

Outros líderes: “Ninguém se salva sozinho”

No único intertítulo da matéria, destacam-se também as falas dos demais participantes. O anfitrião Gabriel Boric afirmou que o evento “não é apenas simbólico, é político e concreto”, com foco em enfrentar o crime organizado, a desigualdade e o colapso ambiental. “Se de uma coisa estamos con-



Ricardo Stuckert

Em reunião no Chile, Lula critica extremismo e alerta para o impacto da desigualdade e da desinformação nas democracias latino-americanas.

vencidos, é que ninguém pode se salvar sozinho.”

Yamandú Orsi defendeu uma democracia ancorada em temas reais: “Se aterrissarmos a proposta da democracia em questões que as pessoas possam sentir, estamos construindo um novo caminho.”

Gustavo Petro destacou o aprofundamento de consensos e a urgência de reconstruir o multilateralismo. Pedro Sánchez, por sua vez, foi direto: “Preservar e cuidar da democracia não é apenas uma questão jurídica. É um dever moral.”

Um pacto pela democracia

O grupo divulgou uma carta conjunta reafirmando o compromisso com o multilateralismo e os direitos humanos, a reforma da governança internacional, a paz global e o enfrentamento às novas ameaças digitais. Entre as ações propostas, estão a regulamentação dos algoritmos, o combate à desinformação e o fortalecimento da cooperação sobre integridade informativa e climática.

Lula citou ainda o simbolismo de estar no Palácio de La Moneda, onde Salvador Allende foi assassinado no golpe de 1973: “Nossos países conhecem de perto os horrores das ditaduras que mataram, perseguiram e torturaram. Democracias não se constroem da noite para o dia. Zelar pelos interesses coletivos é uma tarefa permanente.”

O grupo voltará a se encontrar em setembro, durante a Assembleia Geral da ONU, com presença já confirmada de outros chefes de Estado, como os primeiros-ministros de Reino Unido, Canadá, Dinamarca e Austrália. A defesa da democracia global, como alertaram em Santiago, “não pode esperar mais um dia”.



Ricardo Stuckert



RETOMADA - Mais de 1.200 obras escolares foram retomadas pelo MEC no primeiro semestre de 2025, com creches, escolas de tempo integral e ônibus escolares beneficiando milhares de estudantes em todo o país

Educação em pauta: MEC conclui semestre com foco em conectividade, obras e valorização de professores

No balanço do primeiro semestre de 2025, Ministério da Educação (MEC) destaca retomada de obras, internet em mais de 100 mil escolas e ampliação de bolsas para estudantes e docentes

Henrique Nunes

O Ministério da Educação encerrou o primeiro semestre de 2025 com a execução de um conjunto robusto de políticas públicas voltadas à infraestrutura escolar, à forma-

ção docente, à inclusão digital e ao acesso ao ensino superior. As ações, segundo a pasta, fazem parte de uma estratégia nacional para reduzir desigualdades educacionais e garantir permanência e qualidade na educação pública brasileira.

Entre os destaques do período estão a conclusão de mais de 1.200 obras da educação básica, a

entrega de 877 ônibus escolares, a ampliação da conectividade para mais de 100 mil escolas e o pagamento de incentivos financeiros a quase 4 milhões de estudantes do ensino médio. Também houve expansão de vagas em universidades públicas, com crescimento nas adesões ao Sisu e ao Prouni, além do lançamento de programas voltados à juventude e à for-

mação docente.

Com foco em políticas estruturantes, o MEC também fortaleceu o diálogo federativo com estados e municípios, investiu na recomposição da aprendizagem e priorizou a atuação em territórios indígenas, quilombolas e áreas de vulnerabilidade social. O balanço, divulgado pela pasta, indica um semestre de implementação consistente, com impacto direto na melhoria da qualidade do ensino público.

Retomada de obras e investimentos estruturais

Um dos pilares da gestão no semestre foi a reativação de obras paralisadas na educação básica. Pelo Pacto Nacional pela Retomada de Obras, 1.215 unidades escolares foram concluídas, enquanto novas licitações para escolas indígenas e quilombolas, com orçamento de R\$ 195 milhões, estão em andamento. Já no âmbito do Novo PAC Educação, estão em construção 1.178 creches e 684 escolas de tempo integral, com investimento previsto de R\$ 26,4 bilhões entre 2025 e 2026. Além disso, 877 ônibus escolares foram entregues, beneficiando cerca de 337 mil estudantes.

O Plano de Ações Articuladas (Novo PAR) também entrou em vigor com metas para o ciclo 2025–2028, buscando integrar estados e municípios ao financiamento da educação básica e articulação com o Fundeb, com foco na equidade.

Conectividade e universalização

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) já levou internet a mais de 100 mil escolas públicas, impactando diretamente 30 milhões de estudantes. A meta é universalizar a conectividade até 2026, com aporte estimado de R\$ 8,8 bilhões.

Valorização e formação docente

O programa Mais Professores, lançado no início do ano, promove incentivo à formação e atuação docente em áreas de maior vulnerabilidade. O Pé-de-Meia Licenciaturas já concede bolsas de R\$ 1.050 a estudantes de licenciatura, com adesão que cresceu 62% nas matrículas de egressos do Enem. O programa também prevê 8 mil novas bolsas para atuação em regiões prioritárias e cerca de 40 mil vagas de formação continu-

**Mais de
1.200 obras
da educação
básica foram
concluídas
no semestre**

ada para educadores da educação básica.

Incentivos para o ensino médio e acesso ao superior

O programa Pé-de-Meia do Ensino Médio beneficiou 3,9 milhões de estudantes com depósitos regulares, incluindo bônus por matrícula, frequência, conclusão e participação no Enem. A medida contribui para reduzir a evasão e fortalecer a permanência estudantil.

No ensino superior, o Sisu

2025 ofertou 261.779 vagas em 124 instituições públicas, com crescimento de 3% nas inscrições. O Prouni, por sua vez, registrou 1,5 milhão de inscritos e concedeu mais de 338 mil bolsas. Já o Enem está confirmado para os dias 9 e 16 de novembro, com nova data para locais impactados pela COP-30.

Fortalecimento da educação de base e participação social

O programa Escola das Adolescências, lançado em 2024, beneficiou 17 mil escolas com foco em recomposição de aprendizagem e redução da evasão no ensino fundamental. O Programa Escola e Comunidade, lançado em maio, fortalece a gestão participativa e a aproximação entre escolas e famílias.

Internacionalização e concursos públicos

A Rede de Universidades dos BRICS (Brics-NU) foi ampliada com a adesão de 20 instituições brasileiras, consolidando parcerias acadêmicas e mobilidade estudantil. Além disso, o MEC confirmou a realização da segunda edição do Concurso Nacional Unificado, com provas marcadas para outubro e dezembro de 2025.

Educação como política estruturante

O balanço do MEC aponta que o semestre foi marcado por políticas estruturantes voltadas à ampliação da infraestrutura, digitalização, valorização profissional, gestão comunitária e internacionalização do ensino. Para o governo federal, essas ações impactam diretamente na equidade, permanência e qualidade da educação pública no país.

Com informações do Ministério da Educação

6 MESES DE GOVERNO

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JANEIRO A JUNHO DE 2023

INCLUSÃO



- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) de volta à estrutura do MEC.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) retomada.
- **R\$ 600 milhões** investidos na recriação do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)



- **39%** de reajuste
- **R\$ 5,5 bilhões** investidos em 2023
- **40 milhões** de estudantes beneficiados

PACTO NACIONAL PELA RETOMADA DE OBRAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



- **3.500 obras** paralisadas ou inacabadas com possibilidade de retomada
- **R\$ 4 bilhões** de investimento nos próximos quatro anos
- **450 mil** estudantes beneficiados (expectativa)

COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA



- **R\$ 1 bilhão** de investimento em 2023
- **R\$ 2 bilhões** de investimento entre 2024 e 2026
- **15,8 milhões** de estudantes beneficiados (expectativa)



BOLSAS

- **75% de aumento** nos programas Bolsa Permanência (PBP), Educação Tutorial (PET) e PBP-Prouni
- **R\$ 61 milhões** investidos
- **27,4 mil bolsistas** beneficiados
- **40% de reajuste** no Programas Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Residência Pedagógica (PRP) e nas bolsas de pesquisas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado
- **R\$ 1 bilhão** de investimento, por ano
- **256 mil** bolsistas beneficiados



RECOMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS

- **R\$ 2,44 bilhões** extras investidos.



PROGRAMA ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

- **R\$ 4 bilhões** de investimento previsto
- **1 milhão** de estudantes beneficiados (expectativa)



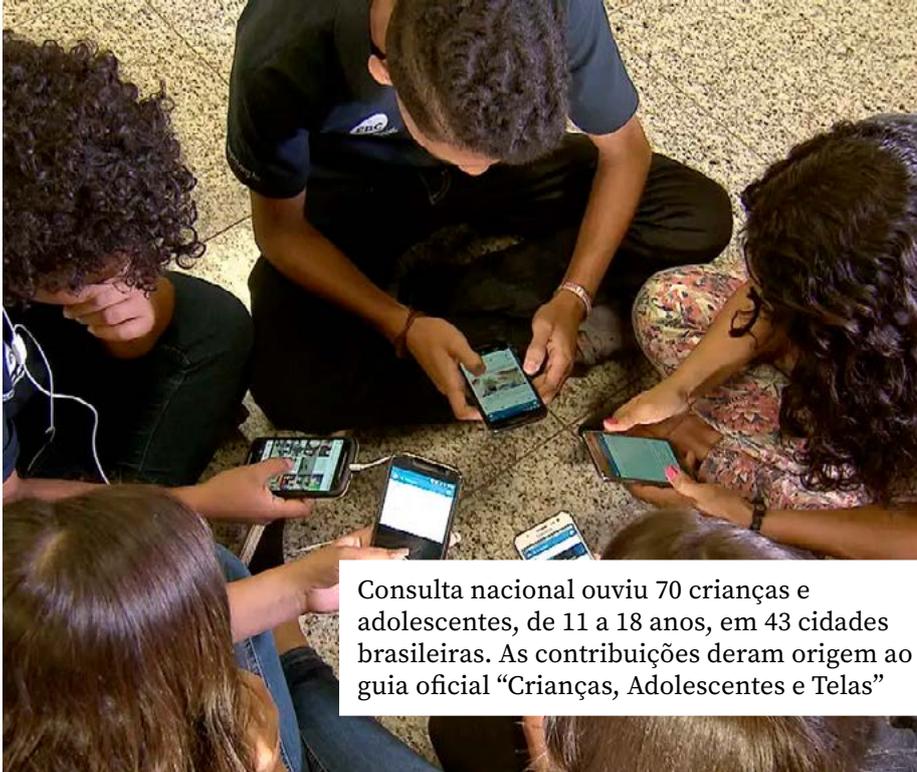
MULHERES MIL

- **25 mil beneficiadas** (expectativa) com recriação do programa de inclusão socioprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio da oferta de cursos de qualificação profissional



PROGRAMA DE FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DE PROTEÇÃO DE AMBIENTE ESCOLAR

- **R\$ 3,115 bilhões** investidos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola e Plano de Ações Articuladas



Consulta nacional ouviu 70 crianças e adolescentes, de 11 a 18 anos, em 43 cidades brasileiras. As contribuições deram origem ao guia oficial “Crianças, Adolescentes e Telas”

ECA 35 anos: Brasil lança guia sobre crianças, adolescentes e uso de telas

Estatuto da Criança e do Adolescente completa 35 anos com avanços em políticas públicas e novo guia para proteger infâncias no mundo digital

Fernanda Otero

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 35 anos como referência internacional na garantia de direitos e na formulação de políticas públicas no Brasil. Promulgado em 1990, o ECA impulsionou a criação dos Conselhos Tutelares, inspirou programas como o Bolsa Família e o PETI e serviu de base para legislações como a Escuta Protegida, a Lei Henry Borel e a Lei da Palmada.

Para marcar a data, o governo federal lançou o guia “Crianças, Adolescentes e Telas”, resultado de uma consulta pública realizada

em todo o país com jovens, educadores e famílias. O documento propõe recomendações práticas para um ambiente digital mais seguro, saudável e participativo,

O ECA também tem ampliado seu alcance em novas frentes, como a inclusão dos direitos da infância nas políticas ambientais brasileiras, apresentadas pela primeira vez na COP 28, e nos debates sobre regulação digital e proteção de dados de crianças e adolescentes.

Participação e proteção no ambiente digital

Como parte das ações comemorativas pelos 35 anos do Estatuto, a Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI), em parceria com

a SECOM da Presidência da República, lançou o guia “Crianças, Adolescentes e Telas”, resultado de uma consulta pública nacional voltada à escuta de jovens e educadores sobre os impactos do uso excessivo de dispositivos digitais.

Organizado pelo Instituto Alana, com apoio do Programa de Acesso Digital da Embaixada do Reino Unido e da Rede Conhecimento Social, o processo envolveu 70 crianças e adolescentes de 11 a 18 anos, 32 educadores e 18 responsáveis, em encontros presenciais e online realizados em 43 municípios (incluindo 14 capitais) de 20 estados, abrangendo todas as regiões do país.

O guia reúne análises, recomendações e boas práticas internacionais, com base em evidências científicas. A proposta é construir um ambiente digital mais seguro, saudável e responsável, respeitando o direito à participação, um dos princípios centrais do ECA.

O que dizem os jovens

Entre as sugestões apresentadas pelas crianças e adolescentes participantes estão: valorizar atividades off-line, limitar o uso de celulares durante interações presenciais, realizar campanhas contra o cyberbullying e reforçar a proteção da privacidade online. Também recomendam que os adultos deem o exemplo e sejam mais cuidadosos ao expor imagens de menores nas redes sociais.

As contribuições demonstram o interesse direto das juventudes em construir um ecossistema digital mais equilibrado, onde tecnologia e bem-estar caminhem juntos. A expectativa, segundo os organizadores, é que o material ajude a orientar políticas públicas mais assertivas, fortalecendo a atuação do Estado na proteção e escuta das novas gerações.



ECA 35 anos: audiência esvaziada vira palanque de Damares para educação em casa e trabalho infantil

Sessão oficial sobre os 35 anos do ECA contou apenas com Damares Alves entre os senadores e serviu para defender educação domiciliar, distorcer relatório da ONU e normalizar o trabalho infantil

Fernanda Otero

A Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH) realizou, no último dia 14 de julho, uma audiência pública para marcar os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com 19 membros titulares e duas vagas em aberto, a sessão teve apenas uma parlamentar presente: a senadora Damares Alves, atual presidente da comissão. O vazio simbólico da sala refletiu o propósito real da audiência, que foi menos uma homenagem ao ECA e mais uma plataforma para defender o homeschooling,

flexibilizar o trabalho infantil e inverter o princípio da proteção integral.

A audiência começou com a apresentação da cantora Dani Harumi, de 13 anos, e seguiu com um discurso da senadora, que usou dados do Disque 100 para afirmar que os 289 mil registros de violência contra crianças seriam “menos de 10% da realidade”.

A frase foi acompanhada de outra marca da retórica de Damares: a fabricação de estimativas sem base. Segundo ela, mais de 25% dos jovens brasileiros já sofreram agressões, sem citar fonte, estudo ou levantamento. Em seguida, listou ações de seu mandato como o envio de verbas para Conselhos Tutelares, casas de acolhimento e

combate à exploração infantil.

Trabalho infantil “com trilhos” e homeschooling como bandeira

A partir daí, a audiência tomou um rumo bem distante da defesa do ECA. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho, subiu à tribuna para relativizar o conceito de trabalho infantil. Disse que, ao identificar uma atividade laboral irregular, o Estado não deveria interrompê-la, mas “colocar o rio no seu leito, o trem no seu trilho”.

Para ele, funções como empacotadores mirins ou gandulas durante a Copa de 2014 são “exemplos positivos” de experiências



PALANQUE - Audiência da CDH foi marcada por cadeiras vazias e discursos em defesa do homeschooling e da flexibilização do trabalho infantil

Agência Senado

formadoras. Ignorou completamente a atuação do Ministério Público do Trabalho e moções de repúdio à liberação de crianças em funções regidas por interesses comerciais.

Na audiência, o homeschooling foi tratado como direito natural das famílias. Igor Vieira, jovem de Blumenau formado em ensino domiciliar, se apresentou como professor de xadrez, latim e inglês, e afirmou que sua família foi perseguida por não ter optado pela escola tradicional. Damares usou a ocasião para apresentar um relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU, “O direito à segurança na educação”, publicado em junho, como suposta validação do homeschooling.

O texto, no entanto, trata de ambientes formais, não formais e informais com base em segurança educacional, e recomenda apoio às famílias que já praticam ensino em casa, desde que com supervisão comunitária, o que não corresponde à agenda defendida na audiência. O documento completo pode ser acessado em ohchr.org.

Outro ponto alto da audiência foi a participação do adolescente Richard Bryan, de 14 anos, apre-

**Na audiência
esvaziada que
ela mesma
convocou,
Damares
comparou jovem
empreendedor a
menor armado
e defendeu
trabalho infantil
como “formação”**

sentado como “empreendedor visionário”. Ele defendeu que adolescentes possam empreender livremente, pedindo reconhecimento legal e menos interferência do Estado.

Damares afirmou que sua fa-

mília teria sido “perseguida pelo Conselho Tutelar” após viralizar um vídeo em que ele diz “quero ganhar meu dinheirinho”. A senadora comparou o episódio a casos de jovens armados em comunidades, alegando que a polícia “não pode ir lá ver o menino com ‘rifler’ (sic)”. A declaração escandalizou quem esperava uma audiência sobre direitos e proteção infantil.

Ao final, Gandra Martins Filho declarou que o depoimento sobre o homeschooling foi “um dos mais importantes” da sessão, criticou a contaminação ideológica da educação pública e pediu urgência na regulamentação da educação domiciliar. Nenhuma menção foi feita à evasão escolar, à fome nas escolas, à precarização do ensino público ou à crise na rede de proteção social da infância.

O que se viu foi uma inversão total do papel institucional da CDH e uma distorção do espírito do ECA. Em vez de promover políticas públicas para garantir permanência escolar, proteção e inclusão, a audiência celebrou o isolamento educativo, o trabalho precoce e a ideologia da meritocracia individualizada, ignorando completamente a realidade das crianças brasileiras.

“Temos que disputar o senso comum, as redes, disputar a linguagem”

Em entrevista à Focus Brasil, Edinho Silva afirma que o desafio central do PT é político, defende a disputa de valores e linguagem nas redes e destaca a reconexão com a classe trabalhadora como prioridade do novo ciclo

Fernanda Otero e Guto Alves

Eleito presidente nacional do Partido dos Trabalhadores no último PED, Edinho Silva (PT-SP) afirma que a reconstrução do pacto democrático e a retomada do diálogo com o povo devem orientar a nova etapa do partido. Para ele, a disputa que se coloca hoje no Brasil é de natureza política, não apenas econômica. “O maior desafio que nós temos não é de ordem econômica, é de ordem política. É a capacidade da política enfrentar o poder do sistema financeiro.”

Na entrevista, Edinho fala da necessidade de reconectar o PT à classe trabalhadora em um cenário de precarização do trabalho

e avanço da extrema direita. Ele defende a formação política como instrumento essencial para combater o discurso antissistema que se espalha inclusive entre setores populares. “Não adianta o PT ter as melhores ideias se essas ideias não viram maioria social.”

O novo presidente do PT também propõe atualizar a linguagem política do partido, sem perder o conteúdo. “Nós temos que disputar o senso comum, disputar as redes, disputar a linguagem”, afirma. A comunicação, segundo ele, precisa estar onde o povo está — “e o povo está nas redes”.

Edinho destaca ainda o papel da militância e da Fundação Perseu Abramo na construção desse novo ciclo, reforçando temas como justiça tributária, fim da jor-

nada 6x1 e regulação do trabalho. “Nós temos que nos reaproximar da base, reorganizar a esperança e apresentar um projeto de país que seja compreendido e vivido pelas pessoas”, conclui.

A seguir, a entrevista na íntegra.

- No fim de semana, o senhor publicou um artigo na Folha de S. Paulo onde apresenta quatro pontos principais para o próximo período no Brasil. Seria essa a agenda para o próximo período?

- Esses são temas importantes, mas eu trato também de outros temas prioritários. Eu foco na questão do financiamento do SUS, que eu penso que é um grande desafio para o Brasil e que o Partido dos



Trabalhadores tem que formular, tem que fazer disputa política pela ampliação do financiamento do SUS. Eu coloco também um problema grave hoje nos municípios brasileiros, nas médias e grandes cidades, que é a questão do financiamento do transporte público. Muitas famílias, milhões de famílias no Brasil, não têm acesso muitas vezes à educação, ao esporte, à cultura, mesmo ao lazer familiar, de visitar amigos, parentes, mesmo muitas vezes à busca por uma vaga de emprego. Por isso, muitas vezes, as famílias estão se abstendo de lutar por esses direitos, pelo acesso a esses direitos, a essas políticas públicas, por conta de não ter condições de financiar o transporte público. Coloquei como desafio a questão do tempo livre, que no Brasil se materializou como o debate dos 6 x 1, ou seja, da carga horária de trabalho. Não tenho nenhuma dúvida de que também é um grande desafio, como é um grande desafio a universalização da educação integral e a universalização do direito à primeira infância, interpretando o direito à primeira in-

fância como o direito à creche, o direito à segurança alimentar, o direito às políticas de estímulo ao cognitivo na fase mais rica do ser humano, o direito ao acompanhamento familiar para que a criança cresça em um ambiente saudável.

E, claro, aí eu enfoco também a questão da reforma política eleitoral. Eu não vejo, pelo menos no médio e longo prazo, a perspectiva de fortalecimento da democracia se nós não fortalecermos os partidos, se nós não formos capazes de debater uma agenda para o Brasil envolvendo os partidos políticos. Hoje, infelizmente, a dinâmica do Congresso Nacional é a dinâmica da emenda individual, a dinâmica do interesse individualizado. Não estou dizendo que isso não seja legítimo: o parlamentar, muitas vezes, brigar pela sua cidade, pela sua região, acho legítimo. Mas isso não pode secundarizar uma agenda para o país, uma agenda onde o país supere as suas dificuldades e construa um legado para as futuras gerações.

A reforma política eleitoral pressupõe — e acho que o PT tem que voltar a defender isso

com muita força — a questão do voto em lista. E que o debate de projetos para o país, esse debate seja feito pelos partidos, para que a sociedade entenda o que cada partido pensa, qual é o projeto de cada partido para a sociedade. Ou seja, que a sociedade interprete o programa partidário. A reforma política eleitoral significa fugirmos desse debate de varejo, do debate do projeto individualizado, do projeto pessoal; significa, portanto, qualificarmos o papel dos partidos na política brasileira. E, claro, é mais fácil você debater um projeto de país com seis, sete partidos, do que você cair no varejo que hoje predomina no Congresso Nacional.

Eu coloco também no artigo a questão da segurança pública. Hoje, qualquer pesquisa que a gente faça, a segurança pública vai aparecer como o primeiro ou o segundo problema nacional. Se nós não defendemos a segurança, esse projeto de segurança pública é quase que uma síntese das ações policiais que têm levado à letalidade policial. Se nós não aceitamos essa concepção de segurança

pública, se para nós a segurança pública não é e não deve ser igual a esta polícia letal, nós temos que ter uma proposta. O PT e os partidos do campo democrático popular temos que apresentar uma proposta concreta à sociedade.

E nesse sentido, tenho defendido fortemente a adoção de novas tecnologias nas políticas de segurança pública: as câmeras inteligentes, como são chamadas, aquelas que fazem leitura de placas veiculares e rastreamento, as que realizam reconhecimento facial e monitoramento. Ou seja, é possível combater a criminalidade e a violência utilizando o que há de mais moderno e avançado em inteligência eletrônica. Por isso defendo — e sempre que questionado, cito o exemplo de minha cidade, que governei por quatro mandatos — o modelo de Araraquara. Lá implantamos mais de 3 mil câmeras inteligentes e totens numa cidade de 250 mil habitantes. A guarda municipal era desarmada, e mesmo assim Araraquara tornou-se a segunda cidade mais segura do Brasil.

Precisamos avançar nesse debate, mas sempre digo que, da nossa perspectiva, ela tem que jogar muito peso nas políticas públicas dos adolescentes em conflito com a lei. Nós temos que disputar os adolescentes e a juventude. Precisamos desenvolver políticas públicas eficazes para disputar adolescentes e jovens com a criminalidade. Sem essas políticas, é evidente que esses jovens serão cooptados pelo crime organizado. E, lá na ponta, eu defendo também a necessidade de uma política de reinserção social. É impossível pensar uma política de segurança pública que não atenda àqueles que cumpriram suas penas, pagaram por seus erros, mas enfrentam dificuldades para retornar ao mercado de trabalho e ao convívio social. Se não disputarmos os adolescentes e não

garantirmos a reinserção social dos apenados, estaremos diante de dois setores socialmente vulneráveis que inevitavelmente serão absorvidos pelo crime organizado. Portanto, é fundamental que realizemos um debate sério e formulemos propostas concretas sobre segurança pública.

Outro tema que considero prioritário para o Partido dos Trabalhadores é a urgência climática e a transição energética. Este será, sem dúvida, o grande tema

**“O PT tem
que ser a
ferramenta da
luta popular.
Um partido
de projeto
nacional e de
transformação
da sociedade.”**

que permeará os debates na segunda metade do século XXI, não tenho nenhuma dúvida. Esse debate está acalorado atualmente. Com a COP sendo organizada no Brasil, o debate sobre transição energética se tornará predominante. Precisamos compreender que, daqui a 20 anos, será impossível conceber qualquer modelo de desenvolvimento econômico sem que tenhamos realizado essa transição energética. Este é o de-

bate fundamental.

A direita mundial — especialmente essa nova versão do fascismo que se instala, e não tenho receio em fazer essa caracterização, pois para mim Trump é o maior líder fascista do século XXI — nega a emergência ambiental. Trump diz explicitamente que não existe crise climática. A concepção de desenvolvimento dessa ultradireita é de continuar gerando riqueza, destruindo a natureza. Nós, da esquerda, devemos dizer o contrário: a urgência climática é real e precisamos construir as condições para a transição energética. Especialmente no Brasil, que na minha avaliação é o país com maior potencial no mundo para produzir energia limpa.

Outro debate prioritário é a exploração da costa equatorial. Se os estudos confirmarem, poderemos encontrar ali reservas de petróleo possivelmente maiores que as do pré-sal. Porém, este é um tema que exige extrema responsabilidade, pois está localizado na margem da floresta amazônica e impacta diretamente grande parte da Amazônia Legal. Minha proposta é que, ao explorarmos o petróleo da margem equatorial, estabeleçamos primeiro um fundo dedicado a três prioridades fundamentais: financiar o reflorestamento da Amazônia, investir em tecnologia de ponta para melhorar nosso monitoramento do desmatamento, e desenvolver um projeto econômico sustentável para toda a Amazônia Legal.

Precisamos levar adiante este debate crucial e defender um projeto de desenvolvimento verdadeiramente sustentável para a Amazônia Legal, que garanta qualidade de vida para seus povos da região amazônica. Não basta apenas dizer o que queremos que ocorra, pois são milhões de brasileiros que vivem na região, precisando sustentar suas famílias e buscar um futuro digno, que vai

além do desenvolvimento tecnológico. Temos todas as condições de debater com a região, convocando lideranças locais e representantes da sociedade civil para debater um modelo de desenvolvimento que tenha como perspectiva o desenvolvimento tecnológico.

Estas são agendas importantes para o país. Na minha avaliação, se o PT não se envolver ativamente, liderando esses debates, formulando propostas e defendendo políticas públicas concretas, corremos o risco de perder conexão com a sociedade real. E assim, naturalmente, perderemos espaço político. Como partido com a maior capilaridade nacional e maior capacidade de diálogo com todos os setores da sociedade brasileira, detemos a legitimidade para conduzir esses debates sobre o futuro do país. Portanto, temos a responsabilidade histórica de cumprir este papel no próximo período.

- Presidente, diante do avanço do discurso antissistema, inclusive entre trabalhadores, o senhor acredita que o PT deveria investir numa educação política de base, que resgate o papel dos partidos, da política e da participação popular?

- Primeiro, eu penso que o PT tem que fazer um esforço para formular sobre esse sentimento antissistema que é real e hoje está sendo totalmente apropriado pela direita. Se nós voltarmos para tentar fazer um recorte histórico para entender esse sentimento antissistema, primeiro tem um trecho do Cadernos do Cárcere de Gramsci que diz que a crise do capitalismo, e nós estamos vivendo uma crise longa do capitalismo que se iniciou em 2008, destrói as instituições do status quo do capital e propicia a ascensão do fascismo, isso quando ele analisa, na década de 1920, a ascensão do

fascismo na Itália e depois o fascismo que se desenvolve após a crise de 1929 que na verdade, já vinha dando indícios antes de 1929. O capitalismo já mostrava ali os seus limites do ponto de vista da reprodução do capital. Então, nós estamos vivendo uma crise econômica desde 2008, essa crise empobrece o mundo, torna o mundo mais pobre, derrota o conceito de globalização; que era um conceito em ascensão no começo do século XXI, quando os economistas

**“Essa jornada
6x1 é uma
aberração.
O trabalhador
precisa de
descanso. Não
pode ser tratado
como uma
máquina”**

diziam que não se daria mais pelo conceito de Estado nacional, mas sim pela dinâmica das grandes corporações, as empresas, essas grandes corporações integradas ao sistema capitalista mundial, elas que supostamente dariam a dinâmica do desenvolvimento econômico. Só que a crise de 2008 derrubou esse conceito de globalização e fez emergir uma nova concepção de Estado nacional. Agora, se fizermos um paralelo histórico, esse Estado nacional

que está surgindo não é muito diferente daquele que o mundo viveu na primeira metade do século XX, antes da Segunda Guerra, um Estado nacional marcado por xenofobia, racismo, e que junto com essas características traz toda uma agenda de retrocesso nos direitos. Então, nós estamos vivendo uma crise longa do capitalismo, uma crise que empobrece o mundo, que enterrou a concepção de globalização e que fortalece essa visão de Estado nacional. Hoje a economia se move pela dinâmica dos países europeus, pelos Estados Unidos, pela China, Rússia - enfim, pelas grandes potências capitalistas desse século XXI. E junto com essa ascensão de um Estado xenofóbico e racista, vem também, um enfraquecimento da democracia representativa. É inegável que nós estamos vivendo no enfraquecimento da democracia representativa. Em qualquer país do mundo que se reivindique democrático, nós estamos vendo a abstenção crescer eleição após eleição, porque as pessoas não votam, porque elas entendem que votando o mundo não muda, a vida dela não melhora, as condições de vida dela não melhoram, então para que ela vai votar? Então, tem uma descrença à democracia representativa e, com isso, tem um crescimento do antissistema, ou seja, nada disso que está aí resolve o meu problema. Porque não resolve o problema? Porque, principalmente, a classe média perdeu o poder de consumo, perdeu a perspectiva de um futuro melhor, porque o mundo está mais pobre, porque o capitalismo não conseguiu sair da crise que se iniciou em 2008. Então, esse sentimento do antissistema é fruto de uma produção da crise do capitalismo e ele é apropriado por aqueles que querem negar o sistema. E, claro, por incrível que pareça, a esquerda ou a centro esquerda no mundo defende a democracia

representativa, defende o parlamento, defende o judiciário, nós defendemos as instituições da democracia, porque nós temos responsabilidade no processo e a direita, efetivamente, não defende e acaba capitalizando o antissistema. O Bolsonaro foi o antissistema em 2018 no Brasil, o Trump foi o antissistema em 2016 nos Estados Unidos. Nós vimos a Meloni, que é uma fascista, se eleger primeira-ministra na Itália. E lideranças que representam esse antissistema, essas lideranças crescem em todos os países do mundo, absolutamente em todos os países do mundo. Então, claro que tem uma disputa a ser feita. Primeiro, essa descrença é consequência de uma crise do capitalismo. Portanto, nós deveríamos estar cobrando do capitalismo mundial o empobrecimento do mundo, o enfraquecimento das instituições, o enfraquecimento da democracia representativa. Porque, se é verdade que a globalização é derrotada pela crise de 2008, também é verdade que a financeirização da economia avança em uma velocidade absurda. E o que isso provoca? A concentração da renda. A financeirização da economia, sem aqui me estender, tão pouco, querer adotar algum tom professoral, mas para ser didático, se é verdade que o capitalismo cria as condições para o pensamento fascista, o sentimento de antissistema, por conta da descrença do que está aí, a financeirização da economia concentra a renda, ela aprofunda os efeitos do empobrecimento. Por quê? Só há duas formas de você distribuir renda na economia: ou pelos salários e pagamento de serviços, ou pelo recolhimento de impostos e políticas de transferência de renda, não há outra forma de você distribuir. Mas, quando o capital produtivo começa a migrar para o capital financeiro, ou seja, para

a economia financeira, aquilo que seria tradicional no capitalismo produtivo, você obtém, você executa a mais-valia, você faz com que a mais-valia seja realizada, você se apropria desse excedente, e reinveste para aumentar ainda mais a sua capacidade de produção da mais-valia. Ou seja, o capital produtivo, na dinâmica do capitalismo até o começo do século XXI, ele produz, ele vende, ele se apropria e ele reinveste, e assim, ele vai gerar mais riqueza, mas ele

“É um momento grave da democracia. Não podemos naturalizar o autoritarismo. A democracia tem que estar no centro do debate.”

também vai gerar mais empregos, ele vai distribuir renda. O capitalismo financeiro, não: você gera riqueza, porque só a produção gera riqueza, só você transforma a matéria-prima em produto gera riqueza, você produz valor, só que quando você vai para as operações financeiras, você reproduz o capital sem gerar emprego. Então, você provoca a concentração da renda. Por incrível que pareça, hoje o que nós estamos vivendo

é o empobrecimento do mundo todo, mas o aprofundamento da pobreza e da miséria nas regiões mais pobres do mundo. Aí o que acontece? Ou os conflitos regionais ou o aumento da pobreza faz com que aumente o fluxo migratório. E aí, essa ascensão do pensamento fascista escolhe o inimigo. Quem é o inimigo? O inimigo é o imigrante. Então, efetivamente, nós estamos diante de um grande impasse. Eu penso que os partidos de esquerda, os partidos de centro-esquerda no mundo têm que abrir o debate da distribuição de renda, porque a velocidade da concentração de renda é absurda. No Brasil, essa dinâmica também se reproduz, por isso que o debate sobre justiça tributária é tão crucial que precisamos enfrentar a discussão sobre a concentração de renda no país. O que defendemos é simples: que os pobres e trabalhadores paguem menos impostos, enquanto aqueles que concentram riqueza paguem mais. Inclusive, dessa perspectiva, é fundamental taxar as operações financeiras, pois são elas que aceleram a concentração de renda. Temos o dever de explicar claramente à sociedade as raízes do que vivemos hoje: o empobrecimento, a descrença, a crise de credibilidade na democracia representativa. Se não fizermos esse esforço de esclarecimento, o sentimento antissistema será capturado pela direita - a mesma direita que é responsável por toda essa situação. Foi a direita que causou a crise capitalista de 2008, é a direita que mantém a concentração de renda. É a direita que provoca os fluxos migratórios desesperados. E é a direita que hoje representa o fascismo, como vimos na semana passada em Portugal, onde a centro-direita se aliou à extrema-direita para aprovar leis que perseguem imigrantes, especialmente brasileiros. Portanto,



devemos levar esse debate à sociedade, para que ela entenda: se vivemos uma crise do capitalismo e uma descrença na democracia representativa, a responsabilidade é inteiramente da direita. Foi o projeto político da direita que levou o capitalismo a essa crise que enfrentamos hoje.

- Presidente, diante do impacto da reforma trabalhista e da precarização trazida pela uberização, o senhor acredita que este é o momento para o PT retomar o diálogo com a classe trabalhadora e recolocar a luta trabalhista no centro da sua atuação política?

- O que estamos enfrentando e ainda vamos enfrentar, não é um processo simples. Entre o final do século XX e início do XXI, nós tivemos uma mudança profunda no mundo do trabalho com a incorporação de novas tecnologias, a robotização... E ainda nem começamos a ver os verdadeiros impactos que a inteligência artificial trará para o mercado de trabalho. Se já presenciemos mudanças

significativas na composição da classe trabalhadora, com algumas profissões desaparecendo e outras surgindo, esse processo se intensificará dramaticamente nos próximos anos. O PT não pode, em hipótese alguma, abrir mão de seu papel protagonista: primeiro, na compreensão dessas transformações; segundo, na identificação de como afetam os trabalhadores atuais. Por nossa história e relação orgânica com a classe trabalhadora, por sermos hoje o partido com maior inserção sindical no país, nós temos que entender quais são os anseios dessa nova classe trabalhadora. E o PT não pode ter uma postura autoritária de achar que ele sabe. Nós não sabemos. Nós vimos o esforço do ministro Marinho, corretamente, tentando criar uma legislação para defender os interesses dessas novas profissões emergentes, como motoentregador, motorista de Uber, que são profissões que emergiram, mas que não temos uma legislação ainda específica que proteja essas novas profissões. Quando levamos

esse projeto ao Congresso, literalmente, fomos derrotados, até por trabalhadores que se posicionaram contra a regulamentação. Na minha avaliação, claro que houve uma forte atuação das empresas nesse processo, que foram extremamente agressivas no debate político contra a regulamentação. Mas não tenho dúvidas: precisamos ter humildade para ouvir essas trabalhadoras e trabalhadores. Estou falando dos motoboys, dos motoristas de aplicativo, dessas novas profissões que surgiram com a internet. Como classificar, por exemplo, esses jovens que editam e impulsionam vídeos nas plataformas? Nem nome tem essa profissão ainda! Se não conseguimos nem nomeá-la, imagina representar seus interesses. E claro, isso não acontece por magia. Tenho defendido fortemente a economia solidária como ferramenta para organizar essa nova classe trabalhadora. Quando nos deparamos com trabalhadores que resistem ao modelo sindical tradicional, seja por influência do pensamento liberal ou neoliberal,

o cooperativismo e a economia solidária surgem como alternativas viáveis de organização. Nos meus diálogos com a CUT e o movimento sindical, tenho insistido: cada sindicato deveria criar uma Secretaria de Economia Solidária, uma secretaria de economia solidária para que todos os sindicatos estivessem olhando para essas novas profissões e pudessem, dentro do seu âmbito de atuação, também ajudar a organização dessas trabalhadoras e trabalhadores. Precisamos estar presentes e, como tenho dito, o Partido dos Trabalhadores precisa retomar - não que tenha abandonado completamente, embora alguns se incomodem quando falo isso - mas é fato que nosso trabalho de base, como a nucleação do partido, deixou de ser uma orientação central da nossa construção partidária como era antes. Por isso, defendendo fortemente que retomemos a nucleação do partido e o trabalho de base, estando presentes no cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores. Tenho dito constantemente em todos os espaços do partido e durante o PED: não conquistaremos consciência de classe apenas postando reels [formato de postagem em vídeo na plataforma Instagram, da Meta], por mais que as novas tecnologias sejam importantes, eu mesmo, como professor, as utilizo, mas a verdadeira disputa pela consciência de classe se dá através da educação popular. Precisamos estar lá, presentes, debatendo como a sociedade funciona para que os trabalhadores entendam que engrenagem eles estão envolvidos, que engrenagem eles estão fazendo parte, que entendam que eles precisam se organizar, eles têm condições de se organizar para, inclusive, melhorar as condições de negociação deles, que é outra coisa interessante: o novo padrão. O novo padrão são os fundos de investimento, acionistas da bolsa de

valores, sem a figura concreta do padrão tradicional. Essa nova realidade exige um nível ainda maior de organização, seja para disputar o valor das corridas com os entregadores de aplicativo, as condições de trabalho dos motoristas, ou os direitos de quem edita vídeos em home office.

“A Fundação Perseu Abramo tem papel estratégico na formação, na disputa de ideias e na elaboração do nosso projeto nacional”

- Presidente, quais são os seus planos para a comunicação do partido? Como enfrentar os desafios de linguagem, como o uso do termo “fascista”, que muitos dizem não dialogar com a sociedade? E já houve conversa com os demais candidatos sobre a construção interna a partir da sua posse?

- Na minha avaliação, a comunicação do partido tem dado conta dos debates da conjuntura. Quero destacar e elogiar o excelente trabalho da equipe de comunicação do PT, liderada pelo Jilmar Tatto, nosso secretário de comunicação, e de toda a equipe - um grupo que se formou, extremamente comprometido e

dedicado, fica aqui meu reconhecimento. Tenho absoluta convicção: com clareza de ação política, a comunicação flui naturalmente. Sempre afirmei que a comunicação é reflexo da linha política. Não adianta querer uma comunicação forte se a orientação política não estiver bem definida. Precisamos ter uma linha política clara e unificada - a comunicação certamente dará conta do resto. Recentemente, estive em uma reunião da Bancada, onde conversei com o companheiro Rui Falcão e seguiremos dialogando. Romênio Pereira, que também disputou a presidência do partido, solicitou um encontro na semana passada, que realizamos sem problemas. Não tenho qualquer reserva com quem disputou comigo, pelo contrário, sou grato ao Rui, ao Romênio e ao Walter por terem possibilitado esse rico debate sobre o PT e nosso futuro. Essa discussão só foi possível porque tivemos múltiplas candidaturas. Quem me conhece sabe que não estou apenas fazendo discurso - já demonstrei isso na prática.

Eu serei o presidente de todo o PT, de todas as forças políticas, de todas as tendências. Fiz isso quando fui presidente do PT de São Paulo por dois mandatos e farei agora na presidência nacional do partido. Então, eu não sou presidente de uma tendência ou de um grupo, eu sou presidente do PT. E nós vamos dialogar muito com todas as forças políticas do PT para que a gente construa unidade para enfrentar o que vem por aí, que são desafios duríssimos, duríssimos, que nós teremos pela frente, sabendo que o centro da nossa tática, a nossa ação mais importante é a reeleição do presidente Lula. Nós precisamos reeleger o presidente Lula. Primeiro, para darmos continuidade a esse projeto de reconstrução do Brasil, que o presidente Lula tem liderado. E também, a reeleição



do presidente Lula significa nós derrotarmos essa organização de ultradireita no Brasil, que para mim, eu acho que não tem problema nenhum em falar e qualificar, que é fascista. Para quem está nos assistindo e que não consegue identificar o fascismo, o fascismo nasce na década de 1920 na Itália, mas ele avança por toda a Europa e desemboca no nazismo, no pré-Segunda Guerra Mundial, para a gente entender o que representa o pensamento fascista, o pensamento político que se organiza por meio dos conceitos do fascismo. Então, nós temos que derrotar essa forma de pensar política, nós temos que derrotar essa prática política, porque nós não queremos perseguir os diferentes, porque o fascismo não aceita os diferentes, tanto é que no pré-Segunda Guerra Mundial perseguiu os judeus, perseguiu os ciganos e os imigrantes. Agora, nós estamos vendo de novo o pensamento fascista perseguindo imigrantes no mundo afora. Então, nós não queremos isso para o mundo, não queremos isso para o Brasil. Nós queremos que prevaleça a demo-

cracia para que a gente construa um país sem privilégios, nós temos que enfrentar os privilégios para construir um país com igualdade de oportunidades.

- Presidente, diante dos desafios que o senhor mencionou, como o senhor enxerga o papel da Fundação Perseu Abramo dentro do PT e da sua contribuição por meio da formação política da militância e dos quadros partidários?

- Olha, eu penso que a Fundação Perseu Abramo é estratégica para pensar o desenvolvimento do partido, ela é fundamental. Ela tem cumprido um papel importante, um papel de formulação, como você mesmo disse, de investir muito na formação política. E hoje a Fundação tem um acúmulo político que, inclusive, é importante para orientar as nossas ações. Se depender de mim, eu quero trabalhar cada vez mais próximo da Fundação, quero que a Fundação nos ajude nos grandes desafios que nós temos pela frente, para que ela possa, nesse esforço de formulação que nós

temos que ter, desses temas que eu elenquei aqui, eu não tenho nenhuma dúvida desse seu papel. Então, vamos trabalhar muito em conjunto. Tenho conversado muito com o Paulo Okamoto, que é o presidente da Fundação, e vou visitar a Fundação logo depois da posse, já combinei com ele, temos reuniões de planejamento sobre as ações da Fundação nesse apoio às mudanças que nós precisamos provocar no partido. O PT é um partido vitorioso, elegeu o presidente da República cinco vezes, é um partido que tem uma história linda, magnífica. Na minha avaliação, a Gleisi foi a principal dirigente da história do PT, pelas condições históricas que ela presidiu o partido. Mas, claro, nós temos novos desafios colocados e esses novos desafios vão exigir um outro Partido dos Trabalhadores, e a grande parceria do PT nesse esforço de formulação, de formação dos nossos quadros, da nossa militância, com o enfrentamento que terá pela frente, é fundamental essa organização, essa aliança estratégica com a Fundação Perseu.



Eduardo Bolsonaro afronta STF, Flávio foge do país e pai nega o óbvio: nova crise expõe desespero da família

Bloqueio de contas de Eduardo, fuga de Flávio e declarações negacionistas de Jair Bolsonaro revelam isolamento e tensão entre os filhos do ex-presidente

Guto Alves

A sequência de eventos envolvendo Jair Bolsonaro e seus filhos nesta semana reacende a tensão no núcleo bolsonarista e evidencia um padrão já conhecido: o confronto com as instituições, o recurso ao vitimismo e o desprezo pela legalidade.

Entre fugas estratégicas, bravatas calculadas e negações pouco críveis, o clã Bolsonaro volta a colocar o Brasil diante de uma crise política marcada por afron-

tas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e tentativas desesperadas de mobilização da base mais radical.

Tudo para salvar o inelegível

O ministro Alexandre de Moraes (STF) determinou o bloqueio de contas bancárias e chaves PIX do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que atualmente vive nos Estados Unidos em meio a suspeitas de conspirar contra o Brasil em troca da anistia ao pai, Jair Messias Bolsonaro, hoje inelegível, e asseclas.

Na segunda-feira (21), decisão do ministro Alexandre de Moraes determinou o bloqueio das con-

tas bancárias e do sistema Pix do deputado federal Eduardo Bolsonaro, que também teve os sigilos fiscal e bancário quebrados.

A medida foi autorizada após apurações sobre envio de recursos aos Estados Unidos. A decisão ocorreu um dia após o fim da licença do deputado, que expirou no domingo, 20 de julho, tornando-o novamente sujeito ao exercício pleno de suas obrigações parlamentares.

A medida é parte de uma investigação que corre sob sigilo e que apura a movimentação financeira do parlamentar no contexto de possível financiamento ou articulação contra o Estado Democrático de Direito.

Mesmo com os recursos congelados, Eduardo partiu para o ataque: afirmou que não irá renunciar e disse que “não existe nenhum elemento que justifique” as medidas determinadas por Moraes.

“Não existe nenhuma justificativa para bloqueio de bens ou quebra de sigilo”, declarou, tentando deslegitimar a decisão do Supremo. “Não renunciarei ao mandato. Tenho muito orgulho de estar aqui e de ter recebido quase 1,6 milhão de votos em 2018”, completou, em tom de desafio ao Judiciário.

O bloqueio financeiro e outras providências adotadas pelo STF indicam que as investigações avançam sobre os mecanismos de financiamento da rede de desinformação e de ataques às instituições democráticas.

A medida contra Eduardo reforça que o cerco aos filhos do ex-presidente não se limita a investigações sobre a atuação de Jair Bolsonaro, mas envolve toda uma estrutura familiar e política.

Flávio foge para a Europa no dia da operação

Enquanto Eduardo falava em



resistência e bradava contra o Supremo, seu irmão, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), embarcava rumo à Europa. A viagem foi confirmada por sua assessoria, que alegou “compromissos pessoais previamente marcados”. A coincidência com a operação na casa do pai, Jair Bolsonaro, no mesmo dia, não passou despercebida.

A movimentação, no mínimo controversa, ocorreu horas após a deflagração de nova ação da Polícia Federal. Questionado pela imprensa sobre a operação e sobre o fato de estar fora do país, Flávio limitou-se a dizer que não há relação entre os fatos e que viajou para tratar de “questões pessoais”.

Na prática, a ausência do senador no momento de maior pressão sobre a família reforça a percepção de que há uma tentativa de evitar constrangimentos e exposição.

A viagem não é ilegal, mas é reveladora. Mostra um comportamento recorrente: na hora do enfrentamento, a escolha é pela fuga, simbólica ou literal. Enquanto Eduardo se posta como mártir da liberdade de expressão, Flávio silencia e desaparece, repetindo a estratégia de desaparecimento já adotada em outros momentos delicados.

Bolsonaro nega o óbvio e tenta desviar foco

Já Jair Bolsonaro tenta negar o inegável. Neste fim de semana, o ex-presidente divulgou nota à

Com contas bloqueadas, Eduardo diz que não renuncia; Flávio foge para Europa no dia da operação; Bolsonaro nega uso de redes

imprensa negando que tenha descumprido a proibição de uso das redes sociais, medida imposta por Moraes no inquérito que apura sua conduta após os ataques golpistas de 8 de janeiro. O motivo da nova controvérsia foi a publicação de um vídeo em seu canal no YouTube, conteúdo removido logo após a repercussão.

Em nota, Bolsonaro alegou que o vídeo foi publicado por “erro operacional” da equipe e que ele “não tem ciência e nem participa da gestão de suas contas digitais”.

O argumento é frágil. O canal utilizado pertence ao próprio ex-presidente e é uma de suas principais ferramentas de comunica-

ção política desde que deixou o Planalto. A alegação de que não controla o próprio canal destoa de toda a sua trajetória pública, baseada justamente no uso intenso das redes para mobilizar sua base.

Além disso, a publicação do vídeo ocorreu dias depois de o ministro Moraes reiterar as restrições impostas a Bolsonaro. A reincidência levanta dúvidas sobre o grau de controle do ex-presidente sobre sua equipe e sobre a real disposição em seguir as ordens judiciais.

Isolamento crescente e tática do confronto

A postura de Eduardo, a fuga de Flávio e a negativa mal explicada de Bolsonaro ilustram a estratégia que o clã tem adotado: confrontar o Judiciário, vitimizar-se para manter o apoio da base radical e tentar deslegitimar as investigações como suposta perseguição política. No entanto, os sinais de desgaste são cada vez mais evidentes.

O Congresso, ainda majoritariamente conservador, já não se mobiliza como antes para blindar os Bolsonaro. Parlamentares do próprio PL e de partidos aliados demonstram desconforto com o acúmulo de escândalos e o impacto sobre a imagem pública. Fora do país, a imagem do ex-presidente e de seus filhos também está fragilizada, vide a repercussão negativa nos meios diplomáticos e empresariais sobre a tentativa de intervenção de Trump em assuntos internos do Brasil.

Mais do que uma nova crise familiar, os episódios da semana revelam o esgarçamento de uma estratégia política baseada na guerra permanente contra instituições. A retórica beligerante que antes mobilizava multidões começa a produzir mais ruído do que resultado. Com as investigações em curso, a Justiça avança, e o país observa. Desta vez, o desfecho pode não ser o mesmo.



Deboche na Câmara: oposição exhibe bandeira de Trump em protesto contra proibição de homenagem a Bolsonaro

Ato da oposição escancara contradição bolsonarista ao defender Trump em meio ao tarifaço contra o Brasil. Gesto gerou racha no grupo e vergonha no plenário

Guto Alves

Um protesto insusitado e revelador ocorreu na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (22). Em meio ao recesso informal do Congresso, parlamentares da oposição exibiram uma bandeira de apoio ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, justamente o responsável pela ameaça de sobretaxar produtos brasileiros em 50%.

A cena se deu durante uma entrevista coletiva convocada em resposta à decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que proibiu reuniões de comissões no período de 22 de julho a 1º de agosto.

A faixa com o rosto de Trump foi estendida por Delegado Caverira (PL-PA) e Sargento Fahur (PSD-PR), ambos aliados de Bolsonaro. A manifestação era uma tentativa de protesto contra a proibição de homenagens a Jair Bolsonaro (PL), alvo de novas medidas cautelares impostas pelo Supremo

Tribunal Federal. Mas a escolha do símbolo evidenciou um paradoxo: em vez de empunhar a bandeira do Brasil, os deputados usaram uma bandeira de campanha de um presidente estrangeiro que acaba de anunciar medidas duras contra o país.

Divisão interna no bolsonarismo

O gesto foi imediatamente repreendido por outros membros da própria oposição. O deputado Zucco (PL-RS), líder da bancada, pediu que os colegas recusassem:

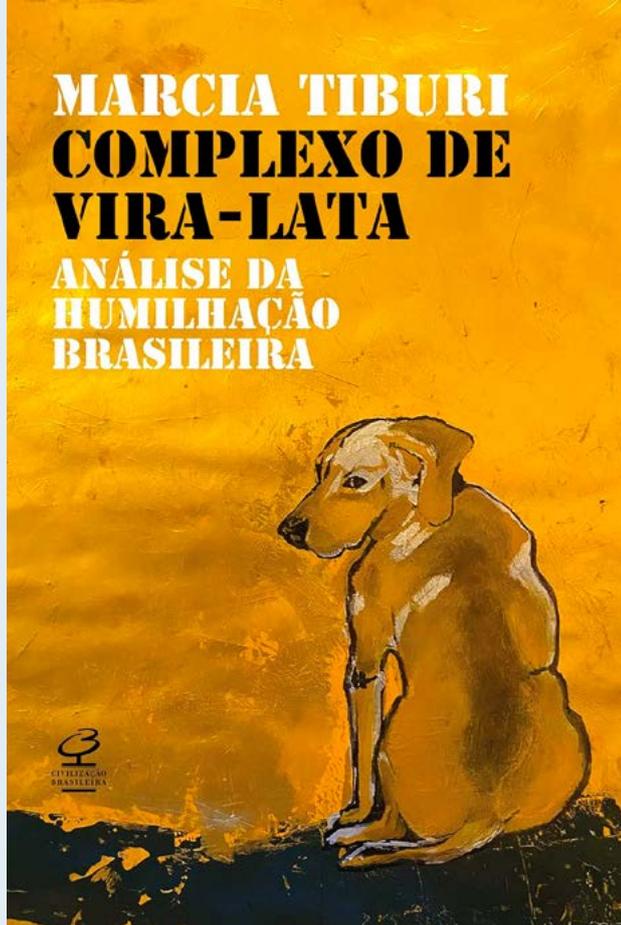
“Estou te pedindo por favor para não fazer isso. Pode prejudicar”. O presidente da Comissão de Segurança Pública, Paulo Bilynskyj (PL-SP), também ordenou a retirada da faixa, afirmando que a ação estava fora do foco da reunião.

A cena expôs uma rachadura interna no bolsonarismo. Em entrevistas recentes, Bolsonaro tem negado qualquer envolvimento com a imposição da tarifa de Trump: “Não tem nada a ver com a gente. Querem colar na gente os 50%. Mentira”. Mas seu filho, Eduardo Bolsonaro (PL-SP), admitiu que o tema foi tratado em reuniões com autoridades americanas, fato que enfraquece a linha de defesa do pai e sustenta a narrativa de que a oposição tem agido contra os interesses do Brasil.

Tentativa frustrada de criar fato político

A coletiva, realizada no Salão Verde da Câmara, pretendia ser um ato de força da oposição. Além da faixa com Trump, parlamentares levaram uma placa com o nome de Bolsonaro, tentando simular uma sessão simbólica. A ideia era deliberar moções de apoio ao ex-presidente, que havia prometido comparecer, mas recuou após alertas do STF sobre o risco de prisão por descumprimento de medidas cautelares.

O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), classificou como “ilegal e antirregimental” a decisão de Hugo Motta de suspender as reuniões. Já o deputado Filipe Barros (PL-PR), presidente da Comissão de Relações Exteriores, prometeu retomar os trabalhos em agosto e anunciou mobilização de base e ações em organismos internacionais. Em sua fala, atribuiu o “tarifaço” de Trump a uma suposta falha diplomática do governo Lula: “Tudo que o presidente Trump faz é uma resposta ao trabalho da diplomacia do presidente Lula”.



Para quem ainda acha que pendurar a bandeira de outro país é patriotismo...

Dica de leitura: Complexo de vira-lata, de Marcia Tiburi

Calha ser oportuno ler (ou reler) este ensaio da filósofa Marcia Tiburi ao ver deputados brasileiros hasteando, com fervor, a bandeira de uma potência estrangeira no plenário da Câmara.

No livro, Tiburi dissecou o “complexo de vira-lata” como sintoma profundo de uma elite submissa, que rejeita o Brasil enquanto idolatra seus algozes, ainda que estejam taxando nossas exportações em 50%.

A autora analisa como essa mentalidade colonizada se manifesta em discursos políticos, nos meios de comunicação e até no inconsciente coletivo, impedindo a construção de um projeto de país autônomo. Uma leitura indispensável para entender por que, diante de uma crise, há quem prefira gritar “Trump 2024” em vez de defender os interesses nacionais.

Complexo de vira-lata | Autora: Marcia Tiburi
Editora Record | 192 páginas | Disponível nas principais livrarias



“É um tema que está na boca do povo”, diz militante sobre campanha do Plebiscito Popular

Intitulada “Por um Brasil Mais Justo”, consulta coleta opinião da população sobre escala 6x1 e reforma no Imposto de Renda

Claudia Rocha

Com uma metodologia com mais de 25 anos de existência, o Plebiscito Popular é um instrumento importante de diálogo da esquerda, por meio da atuação do conjunto dos movimentos sociais, com a sociedade brasileira. Apesar da aparente simplicidade da ideia, em consultar a população sobre medidas relevantes da conjuntura política, os desafios da execução mobilizam a militância em todo o país.

Nesta edição, de 2025, são abordados dois temas: o fim da jornada de trabalho 6x1 (quando o

trabalhador tem apenas uma folga na semana) e as mudanças no imposto de renda, com a taxaço dos mais ricos e a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

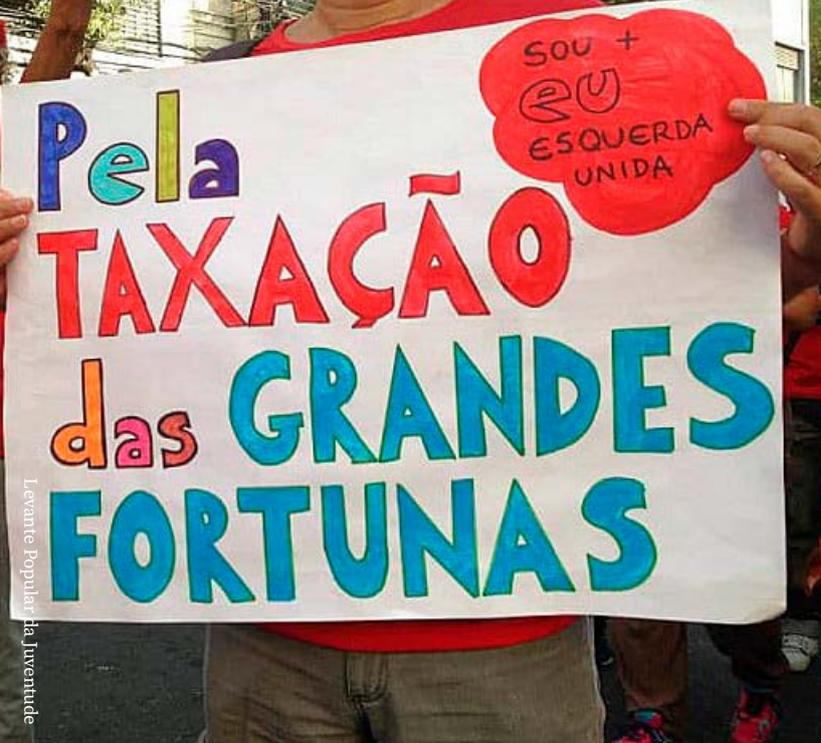
Participam da construção da votação: os partidos políticos PT, PSOL, PCdoB, PDT, PSB, UP e PCB; movimentos populares de diversas frentes, centrais sindicais, entidades da juventude e organizações de fé, em especial católicos, evangélicos e povos de terreiro, além de artistas progressistas que apoiam a ideia.

Segundo Igor Felipe, da Comissão Executiva do Plebiscito Popular por Um Brasil Mais Justo, até agora, já são mais de 10 mil urnas cadastradas em todos os estados.

O representante da campanha explica que há três formas de votação: com urnas fixas, em locais de trabalho e espaços comunitários; urnas volantes, acompanhadas de grupos de militantes nos terminais de ônibus, igrejas, calçadões de grande circulação; além da votação pelo site.

Mobilização da militância

Um desses grupos é o Militantes na Luta, do Rio de Janeiro, que concentra especialmente a militância petista da cidade. O grupo, de acordo com a participante Jô Portilho, se reúne com frequência a partir de uma banquinha em locais de grande circulação para disseminar as políticas públicas promovidas pelo governo do PT e,



nesse contexto, aderiram à campanha do plebiscito.

“Nosso objetivo vai além do resultado final, do recolhimento dos votos para pressionar o Congresso. Muita gente chega sem saber nem o que é o plebiscito, então a gente esclarece, explica, é um trabalho que saímos quase desidratados de tanto que falamos, mas é uma forma muito legal de fazer o trabalho de base”, comenta Portilho.

A militante aponta como acertada a escolha do tema. “Eu me surpreendi muito em como esse tema está na boca do povo, antes da gente começar a conversar, o pessoal já pergunta ‘é contra a 6x1? onde eu assino?’”, diz. Jô Portilho destaca que o grupo tem realizado os trabalhos, principalmente, em locais onde há grande presença de trabalhadores na escala 6x1, como em portas de grandes supermercados, estações de metrô, para que eles possam ser ouvidos na consulta.

“A aceitação é realmente muito boa, a importância, na minha opinião, é trazer o trabalhador para uma realidade que estava adormecida, que é a reivindicação de suas pautas no campo político, esse é um espaço que o povo trabalhador precisa ocupar. Então, acredito que a campanha é bem

relevante para os movimentos e partidos”, afirma a militante Lauri, que também faz parte do grupo.

Outra militante, Viviane Githay, explica que, além da pauta sobre a escala de trabalho, o tema da justiça social aparece muito fortemente na questão do Imposto de Renda. “Esse debate faz parte da luta de classes”, pontua.

Sobre a campanha

Os trabalhos do Plebiscito Popular por um Brasil Mais Justo foram organizados em três etapas. A primeira, que começou em março e foi encerrada em junho, tinha como pilares a construção da unidade, a organização e o enraizamento. Já a atual, que começou em 1 de julho, é a fase de coleta da votação, propriamente, e conta com um calendário de mutirões em diversos estados.

A parte final da campanha ocorre após o dia 7 de setembro, quando as votações serão encerradas. Nos meses de outubro e novembro, haverá a contabilidade dos votos e a entrega simbólica para o presidente Lula, além dos presidentes dos outros poderes, Davi Alcolumbre (Senado), Hugo

Motta (Câmara) e Edson Fachin (Supremo Tribunal Federal).

Igor Felipe, da Comissão Executiva, lembra que para dar início à campanha, houve diversas plenárias nacionais, e um processo de formação de mais de 200 militantes, que levaram o acúmulo dos temas e tarefas para a execução nos estados.

Além disso, ele destaca os debates realizados dentro da pluralidade da esquerda para a construção de unidade. “O processo de definição dos temas foi bastante longo, rico e trabalhoso, durou cerca de quatro meses de diálogo com o conjunto das forças populares que estão construindo o Plebiscito Popular”, diz.

“O tema da escala 6x1 ganhou muita força com a campanha lançada pelo VAT [Vida Além do Trabalho] e demonstrou a capacidade dessa bandeira de conseguir dialogar com o segmento dos trabalhadores que trabalham nessa escala e também gerou uma solidariedade de trabalhadores de outros regimes, que entendem essa escala como um nível muito forte de exploração. A tributação já estava na ordem do dia do governo a partir dos debates colocados desde 2023”, explica.



Preta Gil, artista e empresária, morre aos 50 anos; legado deixa luta pela vida como símbolo

Cantora e empresária lutava contra um câncer no intestino. Presidente Lula prestou homenagem à artista e telefonou a Gilberto Gil

Guto Alves

Morreu neste domingo (21), aos 50 anos, a cantora, empresária e ativista Preta Gil. Filha do músico Gilberto Gil, Preta estava em tratamento contra um câncer no intestino diagnosticado em janeiro de 2023 e faleceu em Nova York, nos Estados Unidos, onde realizava acompanhamento médico. A família informou que já estão sendo tomados os procedimentos para a repatriação do corpo ao Brasil.

Preta Maria Gadelha Gil Moreira nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1974. Em mais de duas décadas de carreira, lançou

seis álbuns, fundou um dos blocos mais populares do carnaval de rua carioca, o Bloco da Preta, e tornou-se sócia da agência Mynd, voltada à comunicação com influenciadores digitais. Atuou também como atriz, apresentadora e foi figura central em pautas ligadas aos direitos das mulheres, da população negra e LGBTQIA+.

Lula: “Preta seguiu espalhando a alegria de viver”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou publicamente a morte de Preta Gil na noite de domingo. Em nota oficial, o presidente prestou solidariedade à família e amigos, e fez questão de lembrar da alegria e força da cantora, mesmo nos períodos mais

difíceis da doença:

“Preta era uma pessoa extremamente querida e admirada pelo público e pelas pessoas que tiveram a felicidade de conviver com ela. Os palcos e os carnavais que ela tanto animou sentirão sua falta. [...] Preta seguiu espalhando a alegria de viver mesmo nos momentos mais difíceis de seu tratamento.”

Lula também telefonou a Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura em seu governo, e à esposa Flora Gil para oferecer apoio e conforto. À mãe de Preta, Sandra Gadelha, ao filho Francisco Gil e à neta Sol de Maria, dirigiu um “abraço amigo e carinhoso”.

Carreira e legado

Com estreia em 2003 no álbum *Prêt-à-Porter*, que trazia a faixa *Sinais de Fogo*, Preta Gil consolidou-se como intérprete e performer, explorando temas de liberdade, sexualidade e orgulho. Em seus discos seguintes, estabeleceu parcerias com artistas como Lulu Santos, Ivete Sangalo, Anitta, Thiaguinho, Pablio Vittar e Ana Carolina. Foi a idealizadora do Bloco da Preta, um dos maiores do carnaval carioca, desde 2010.

Preta era uma voz ativa na luta contra a gordofobia, o racismo e toda forma de exclusão social. Declaradamente feminista, posicionava-se com coragem em debates públicos e inspirava gerações com sua autenticidade e compromisso com a liberdade de ser.

Além do trabalho artístico, Preta atuou no mercado publicitário e no empreendedorismo digital com a Mynd, uma das maiores agências publicitárias do país, orlando-se referência na gestão de imagem e influência.

Preta Gil deixa o filho Francisco Gil e a neta, Sol. Deixa também um país em luto por sua ausência e um legado de afeto, resistência e alegria.



21/07/1946

Dick Farney lança disco ‘Copacabana’

A gravadora Continental lança a música “Copacabana”, de Braguinha e Alberto Ribeiro, na voz do novato Dick Farney, no lado A de um disco de 78 rpm (rotações por minuto). A canção marca a consagração de um gênero, o samba-canção.

“Copacabana” figuraria por um ano e meio nas paradas de sucesso e se tornaria a trilha sonora do país da segunda metade dos anos 1940 ao início dos anos 1950.

O samba-canção é um samba, porém lento, suave, com frases

musicais mais longas e letras narrativas, quase sempre sobre um amor infeliz ou mal sucedido. Diferente do bolero, porém, o samba-canção é produto da canção romântica brasileira do século 19 (a modinha, a seresta e a marchar-rancho) e do samba do início do século 20.

Esse ritmo preencheria o vazio deixado pelo fechamento dos cassinos. Sem uma alternativa dos enormes salões de bailes e de orquestras completas, a canção popular construiria seu habitat

nas boates — uma novidade para o Brasil da época. Seria nelas que esse gênero se desenvolveria plenamente.

As casas noturnas eram pequenas, e dançavam à meia-luz, ao som de um piano ou saxofone. E “Copacabana”, com suas peculiaridades — e a voz de Dick Farney —, se tornou a canção perfeita para esse ambiente.

O samba-canção alterou o rumo da canção popular brasileira. A bossa nova se encarregou mais tarde depois de completar essa mudança.

ANISTIA

PARA TODOS



22/07/1979

A 'esperança equilibrista' emociona o país

Os 14 presos políticos da penitenciária Frei Caneca, no Rio, entram em greve de fome pela ampliação do projeto de anistia parcial anunciado pelo presidente geral João Baptista Figueiredo. A greve logo recebeu a adesão dos presos de São Paulo, Recife, Fortaleza, Salvador e Natal, envolvendo os 37 que cumpriram pena no país. Durou 32 dias, até a votação do projeto no Congresso Nacional em agosto. Foi o mais longo protesto desse tipo no Brasil, mobilizando a atenção da sociedade e dando repercussão internacional à causa da anistia ampla, geral e irrestrita. O projeto limitado do governo chocou-se com um movimento que vinha crescendo e sensibilizando a sociedade brasileira.

A campanha pela anistia foi um capítulo especial na luta contra a ditadura, porque dizia respeito às pessoas que sofreram diretamente a brutalidade da repressão: os que sofreram a perseguição, a tortura e as condições desumanas das ca-

deias; os que viram companheiros sendo assassinados ou destruídos psicologicamente; os que perderam a profissão, que interromperam carreiras; e os que tiveram de deixar o país e recomeçar a vida em lugares distantes. A causa respeito dizia também às famílias dos milhares de presos, perseguidos e exilados.

Em 1979, o caráter humano da anistia foi retratado com brilho e sensibilidade na canção "O Bêbado e o Equilibrista", de João Bosco e Aldir Blanc, gravada por Elis Regina, uma das mais importantes cantoras da MPB na época. A música "estourou" nas emissoras de rádio, o grande meio de divulgação musical naquele tempo. O samba em ritmo lento cita personagens reais:

"Meu Brasil que sonha
Com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora a nossa pátria, mãe gentil
Choram Marias e Clarices
No solo do Brasil"

O "irmão do Henfil" era o ex-dirigente da Ação Popular Herbert de Souza, o Betinho, então exilado no Canadá. "Marias" faz referência a Maria de Souza, mãe de Betinho e Henfil, famoso cartunista e escritor. "Clarices" homenageava Clarice Herzog, militante da anistia e viúva do jornalista Vladimir Herzog, assassinado sob tortura no DOI-Codi de São Paulo, em 1975. A canção se encerra enaltecendo a "esperança equilibrista", metáfora delicada sobre a luta desigual contra a ditadura.

"Mas sei que uma dor assim pungente

Não há de ser inutilmente

A esperança

Dança na corda bamba de sombrinha

E em cada passo dessa linha

P ode se machucar

Azar!

A esperança equilibrista

Sabe que o show de todo artista

T em de continuar"

Os presos em greve de fome receberam visitas de artistas famosos, líderes sindicais e dirigentes políticos. A romaria aos presídios foi coordenada pelo senador Teotônio Vilela (MDB-AL), presidente da Comissão Mista do Congresso que analisou o projeto do governo. Ele percorreu o país defendendo a anistia para todos. "Não encontrei nenhum perigoso terrorista na prisão. Encontrei jovens idealistas que jogam suas vidas na luta pela liberdade em nosso país", disse Teotônio.

A cada dia de greve, os presos recebiam solidariedade em atos públicos por todo o país. A causa foi divulgada em cartazes e panfletos distribuídos nas ruas. Em 14 de agosto, uma passeata pela anistia atraiu 20 mil pessoas no Rio. Em 21 de agosto, na véspera da votação do projeto, manifestações ocorreram nas principais cidades, apesar da exclusão da polícia em Belo Horizonte, Brasília e outras.



20/07/2010

Aprovado estatuto da igualdade racial

O presidente Lula sanciona a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. A lei se destina a combater a discriminação racial e efetivar a igualdade de oportunidades à população negra com políticas nas áreas de educação, cultura, lazer, saúde e trabalho. A lei também assegura às comunidades quilombolas e aos povos de matriz africana o direito de preservar suas manifestações culturais e religiosas.

O projeto de lei, de autoria de Paulo Paim (PT/RS), vinha tramitando no Congresso Nacional havia quase uma década. Ao longo desse processo, foram removidos os artigos que estabeleciam cotas (em universidades, partidos políticos e TV) e incentivos fiscais para contratação de funcionários negros, ou que eram alvo de críticas por parte da sociedade civil.

O estatuto, síntese das demandas históricas do movimento negro, alterou a abordagem legal do racismo, deixando de ser meramente punitivo para envolver uma série de ações de promoção de direitos.

O texto incluiu ainda, entre outros avanços: incentivos a atividades produtivas rurais de comunidades quilombolas, com linhas especiais de financiamento público; a definição da capoeira como esporte; e a garantia de assistência hospitalar em instituições de caráter religioso a adeptos de religiões de matriz africana.

Os futuros leis de cotas em universidades federais (2012) e no funcionalismo público federal (2014) serão importantes desdobramentos das discussões e da articulação que levaram à construção do Estatuto.



18/07/1967

Castelo morre em acidente de avião

Quatro meses depois de deixar a Presidência da República, o general Castelo Branco morreu num acidente aéreo próximo a Fortaleza. Um caça Lockheed da FAB atingiu a cauda do bimotor Piper Aztec em que o ex-presidente viajava, derrubando-o ao solo. Dos seis ocupantes do bimotor, apenas o copiloto sobreviveu à queda. A caça voltou à base e pousou em segurança. Castelo retornou de uma visita à escritora Rachel de Queiroz, em uma fazenda em Quixadá (CE).

A investigação oficial foi enviada à tripulação da FAB de responsabilidade, mas as circunstâncias do acidente – numa manhã de sol com ótima visibilidade – alimentaram desconfianças de que o primeiro presidente geral teria sido vítima de um atentado.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

que transforma

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda